

RECURSO ESPECIAL Nº 1.602.567 - PB (2016/0136734-2)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL NO ESTADO DA PARAÍBA - SINTSERF/PB
ADVOGADO : MÔNICA DE SOUZA ROCHA E OUTRO(S) - PB011741

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pela União, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 231):

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÁLCULO DA CONTADORIA INFERIOR AO ELABORADO PELO EMBARGANTE. FIXAÇÃO NOS LIMITES DO PEDIDO.

1. O Magistrado tem o poder-dever, de dirimir a lide nos termos em que foi formulada, sendo defeso a este decidir aquém, além ou fora do que foi pedido, sob pena de configurar sentença citra, ultra ou extra petita, respectivamente.
2. Mostra-se acertada a decisão que determina a adequação da quantia executada aos parâmetros do pedido formulado nos embargos à execução, não obstante a Contadoria do Foro haja calculado valor menor do que o reconhecido como, devido pelo embargante, em razão da adstrição ao pedido.
3. Apelação desprovida.

Sustenta a recorrente a nulidade do acórdão impugnado, por suposta persistência das omissões apontadas nos embargos declaratórios, configurando-se violação do disposto no art. 535, II, do Código de Processo Civil de 1973.

No mérito, alega a violação dos arts. 1º do Decreto n. 20.910/1932 e 475-B do CPC/1973, sob o argumento de que a execução estaria prescrita, ante o decurso de mais de 5 (cinco) anos entre o trânsito em julgado na fase de conhecimento e o requerimento da obrigação de pagar.

Argumenta, no ponto, que nem a pendência do cumprimento da obrigação de fazer nem a demora na apresentação das fichas financeiras são motivos que ensejem a suspensão do prazo prescricional.

Salienta, outrossim, a violação do art. 475-B, § 3º, do CPC/1973, por ter o acórdão recorrido considerado válido o reconhecimento, pelo Juízo de piso, do valor apontado nos embargos à execução como devido, apesar de a Contadoria Judicial ter indicado valor mais baixo, sob pena de caracterização de julgamento *ultra petita*.

No aspecto, pondera que o referido dispositivo processual prevê a

possibilidade de o juiz se valer do contador do juízo para apurar o valor devido, ante a presunção de legitimidade e veracidade que gozam os cálculos desse órgão auxiliar.

Ademais, aduz que o acórdão recorrido, ao afastar os cálculos da contadoria, também teria violado a coisa julgada, em contrariedade aos arts. 467, 468, 474, 581 do CPC/1973.

Contrarrazões às e-STJ fls. 334-348, propugnando pelo não conhecimento do recurso, ante a incidência da Súmula 7 do STJ, ou, caso conhecido, para que lhe seja negado provimento.

É o relatório.

Inicialmente, no que tange à suscitada violação do art. 535 do CPC/1973, verifico que a parte insurgente não logrou êxito em demonstrar objetivamente os pontos omitidos pelo acórdão recorrido, individualizando o erro, a obscuridade, a contradição ou a omissão supostamente ocorridos, bem como sua relevância para a solução da controvérsia apresentada nos autos.

É fundamental que o recorrente desenvolva os argumentos que demonstrem a relevância da omissão para a solução da controvérsia, a fim de que o vício seja reconhecido por esta Corte como apto a ensejar a nulidade do julgado. A mera citação dos dispositivos legais invocados ou referência genérica aos aclaratórios, bem como a simples indicação de pontos tidos como omissos sem a indicação de sua relevância para o deslinde da causa não supre a deficiência recursal.

Tal circunstância atrai a incidência da Súmula 284/STF (É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia).

A propósito:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA 284/STF. ÔNUS DA PROVA DE PAGAMENTO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE DO ACÓRDÃO RECORRIDO. PRESUNÇÃO DE LIQUIDEZ E CERTEZA DA CDA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 DO STF E 211 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

III. Quanto à alegação de negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que, apesar de apontar como violado o art. 535 do CPC/73, a parte recorrente não evidenciou qualquer vício, no acórdão recorrido, deixando de demonstrar no que consistiu a alegada ofensa ao citado dispositivo, atraindo, por analogia, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").

[...]

VII. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.001.267/PB, Rel. Min. ASSUETE MAGALHÃES,

Superior Tribunal de Justiça

SEGUNDA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 24/8/2017)

ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. PROCEDIMENTO DISCIPLINAR. EXPULSÃO. CONSELHO DISCIPLINAR. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. CERCEAMENTO DE DEFESA. LIVRE CONVENCIMENTO. REEXAME DE FATOS. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ATIVIDADE DE CONSULTORIA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO ADOTADO PELA CORTE DE ORIGEM. SÚMULA 283/STF. SÚMULA 284/STF. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA. EXIGIBILIDADE SUSPensa (ART. 12 DA LEI N.º 1.060/50). ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.

1. Mostra-se deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omisso, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.

[...]

8. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 579.011/SP, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 3/8/2017)

A primeira controvérsia suscitada no recurso gira em torno de saber se houve prescrição da pretensão executória em razão do decurso de mais de 5 (cinco) anos entre o trânsito em julgado ocorrido no processo de conhecimento e a propositura da execução da obrigação de pagar, em virtude da pendência no cumprimento da obrigação de fazer e da demora no fornecimento das fichas financeiras por parte da União.

Nesse ponto, o Tribunal de origem reportou-se à sentença, que, por sua vez, afastou a prejudicial de mérito pelos seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 252-253):

A Execução da Obrigação de Fazer implica a suspensão do Prazo Prescricional Quinquenal (Decreto nº 20.910/1932 e Decreto-Lei nº 4.597/1942) para a instauração da Execução da Obrigação de Pagar contra a Fazenda Pública, uma vez que o Acertamento dos valores pressupõe delimitação temporal do Termo Inicial de quando é devida a Vantagem até a implantação. O fornecimento das fichas financeiras, a cargo do(a)(s) Executado(a)(s), é condição para a propositura da Execução e, daí, não correr a Prescrição.

Diante desse contexto, observa-se que a situação tratada no presente recurso se subsume ao entendimento firmado no julgamento do Recurso Especial repetitivo n. 1.336.026/PE (Tema 880), no qual se definiu a seguinte tese:

Superior Tribunal de Justiça

A partir da vigência da Lei n. 10.444/2002, que incluiu o § 1º ao art. 604, dispositivo que foi sucedido, conforme Lei n. 11.232/2005, pelo art. 475-B, §§ 1º e 2º, todos do CPC/1973, não é mais imprescindível, para acerto da conta exequenda, a juntada de documentos pela parte executada, ainda que esteja pendente de envio eventual documentação requisitada pelo juízo ao devedor, que não tenha havido dita requisição, por qualquer motivo, ou mesmo que a documentação tenha sido encaminhada de forma incompleta pelo executado. Assim, sob a égide do diploma legal citado e para as decisões transitadas em julgado sob a vigência do CPC/1973, a demora, independentemente do seu motivo, para juntada das fichas financeiras ou outros documentos correlatos aos autos da execução, ainda que sob a responsabilidade do devedor ente público, não obsta o transcurso do lapso prescricional executório, nos termos da Súmula 150/STF.

Ocorre que tal julgamento foi objeto de modulação de efeitos nos seguintes termos:

Os efeitos decorrentes dos comandos contidos neste acórdão ficam modulados a partir de 30/6/2017, com fundamento no § 3º do art. 927 do CPC/2015. Resta firmado, com essa modulação, que, para as decisões transitadas em julgado até 17/3/2016 (quando ainda em vigor o CPC/1973) e que estejam dependendo, para ingressar com o pedido de cumprimento de sentença, do fornecimento pelo executado de documentos ou fichas financeiras (tenha tal providência sido deferida, ou não, pelo juiz ou esteja, ou não, completa a documentação), o prazo prescricional de 5 anos para propositura da execução ou cumprimento de sentença conta-se a partir de 30/6/2017.

Conclui-se, portanto, que o caso em epígrafe se enquadra na modulação de efeitos, por ter a decisão exequenda transitado em julgado em abril de 2005, sob a regência do CPC/1973, e a execução da obrigação de pagar, proposta em agosto de 2010, ter dependido do fornecimento de fichas financeiras.

Nesse sentido, deve-se afastar a ocorrência de prescrição, em observância ao julgamento vinculante supracitado (art. 927, III, do CPC/2015).

Com relação ao valor da execução, importa ressaltar que não há necessidade de reexame de matéria fático-probatória para a apreciação do recurso, bastando a análise de questão estritamente jurídica, qual seja a possibilidade ou não de acolhimento de cálculos com valores inferiores aos reconhecidos pela embargante.

No caso, houve violação do art. 460 do CPC/1973, uma vez que a interpretação conferida pelo Tribunal *a quo* destoou da jurisprudência consolidada desta Corte.

Isso porque, a posição firmada neste Sodalício é a de que o acolhimento de cálculos da contadoria judicial não importa em julgamento *ultra petita*, mesmo quando importarem em valores superiores ou inferiores aos reconhecidos como devidos pela parte exequente ou embargante, respectivamente, considerando a necessidade de ajustar os cálculos aos

parâmetros estabelecidos no título judicial, de modo a garantir a sua correta execução.

Nesse sentido, com adaptações:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CARACTERIZADA. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. ACOLHIMENTO DOS CÁLCULOS DO CONTADOR JUDICIAL. VALORES SUPERIORES AOS INDICADOS PELA PARTE EXEQUENTE. JULGAMENTO *ULTRA PETITA*. NÃO CONFIGURAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MARCO TEMPORAL. SENTENÇA PROLATADA NA VIGÊNCIA DO CPC DE 1973. APLICAÇÃO DO ART. 85 DO CPC/2015. DESCABIMENTO. PRINCÍPIO DO *TEMPUS REGIT ACTUM*.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC/1973.

2. O acórdão recorrido encontra-se em consonância com a orientação do STJ, de que o acolhimento de cálculos elaborados pela contadoria oficial, embora superiores àqueles apresentados pela parte exequente, não configura hipótese de julgamento *ultra petita*, à vista da necessidade de ajustar os cálculos aos parâmetros da sentença exequenda, garantindo a perfeita execução do julgado.

3. O STJ compreende que as normas sobre fixação de honorários advocatícios não são alcançadas pela lei nova quando a sentença que os determina como ato processual foi prolatada sob a égide do Codex anterior. Aplicação do Princípio do *tempus regit actum*.

4. No caso sub examine, a verba advocatícia foi fixada pela sentença sob a vigência do Código de Processo Civil/1973, motivo pelo qual não agiu corretamente o Colegiado local quando determinou a reforma da sentença para que a fixação dos honorários de advogado se dê nos termos do art. 85, § 4º, II, do CPC/2015.

5. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nesse segmento, provido em parte.

(REsp 1.731.936/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/5/2018, DJe 23/11/2018)

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. AÇÃO DE COBRANÇA. HOMOLOGAÇÃO DOS CÁLCULOS JUDICIAIS. PROCEDÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 460 DO CPC/73. CÁLCULO DA CONTADORIA JUDICIAL. VALOR MAIOR DO QUE AQUELE APRESENTADO PELO CREDOR. POSSIBILIDADE. JULGAMENTO *ULTRA PETITA*. INOCORRÊNCIA. PRECEDENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO.

1. Inaplicabilidade do NCPC neste julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então

pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

2. A jurisprudência desta Corte firmou o entendimento de que não caracteriza julgamento ultra petita o acolhimento dos valores fixados pela contadoria judicial, ainda que maior do que aquele apresentado pelo credor, uma vez que os cálculos apresentados refletem o que consta no título executivo judicial. Precedentes.

3. O recorrente limitou-se a transcrever trechos das ementas dos julgados apontados como paradigmas, sem, contudo, realizar o cotejo analítico e demonstrar a similitude fática no escopo de comprovar o dissídio jurisprudencial, não suprindo, dessa forma, o disposto no art. 255, § 2º, do Regimento Interno do STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 796.311/SP, Rel. Min. MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/8/2016, DJe 6/9/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DESAPROPRIAÇÃO. LIQUIDAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CÁLCULOS ELABORADOS PELO CONTADOR JUDICIAL EM VALOR SUPERIOR AO APRESENTADO PELO EXEQUENTE. JULGAMENTO ULTRA PETITA NÃO CONFIGURADO. DISCUSSÃO QUANTO A SUPOSTO ERRO MATERIAL DOS CÁLCULOS E NECESSIDADE DE NOVA PERÍCIA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. O acolhimento dos cálculos elaborados por Contador Judicial em valor superior ao apresentado pelo exequente não configura julgamento ultra petita, uma vez que, ao adequar os cálculos aos parâmetros da sentença exequenda, garante a perfeita execução do julgado. Precedentes: AgRg no REsp. 1.482.653/SP, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 5.11.2014; REsp. 901.126/AL, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJU 26.03.2007; REsp. 389.190/SC, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJ 13.3.2006; AgRg no Ag 568.509/MG, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ 30.9.2004.

2. A eventual análise da suposta necessidade de nova perícia para a verificação da alegada incorreção dos cálculos realizados pela Contadoria Judicial demandaria inevitável reexame de matéria fático-probatória, vedada em sede de Recurso Especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

3. Agravo Regimental do ESTADO DO ESPÍRITO SANTO desprovido.

(AgRg no REsp 1.183.264/ES, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 9/8/2016, DJe 23/8/2016)

Cumpra ainda esclarecer que, no caso em comento, os cálculos do órgão auxiliar não foram afastados, por entender o Juízo que eles não estariam corretos, o que seria possível, mas apenas para atender aos limites da demanda, tal como propostos pela ora recorrente.

Senão, vejamos (e-STJ, fl. 290):

Com efeito, a decisão recorrida, apesar de considerar que os critérios observados pelo contador judicial são os que realmente refletem os estritos

Superior Tribunal de Justiça

termos do julgado, manteve-se adstrita aos limites da lide, pois a quantia encontrada pelo expert é inferior à apresentada pelo embargante.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, IV e V do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I, II e III, do RISTJ, conheço parcialmente do recurso especial, e nessa extensão, dou-lhe parcial provimento, para estabelecer que a execução prossiga de acordo com os valores apontados pela Seção de Cálculos do Juízo de primeiro grau.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

